

**HABEAS DATA Nº 446 - DF (2020/0071632-5)**

IMPETRANTE : NOEL JOAQUIM DA TRINDADE  
ADVOGADO : JOSÉ BEZERRA DA SILVA - RJ089365  
IMPETRADO : COMANDANTE DA AERONAUTICA

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas data* impetrado por NOEL JOAQUIM DA TRINDADE, com fundamento no art. 5º , inciso LXXII, da Constituição Federal, contra ato atribuído ao COMANDANTE DA AERONAUTICA.

Pretende a obtenção de *dados existentes nos arquivos dos serviços de inteligência para provar a natureza política do ato de sua exclusão dos quadros da Aeronáutica, como requerido pelo comissão de anistia em revisão de portarias, posto que com o histórico militar não vieram esses dados* (fls. 3-4).

É o relatório. Decido.

Cumprе destacar que o *habeas data* é um remédio constitucional que visa assegurar ao impetrante o direito de conhecer, de complementar e de exigir a retificação de informações que lhe digam respeito constantes de registros ou de bancos de dados mantidos por entidades governamentais ou por instituições de caráter público, nos termos do que dispõe o art. 5º , inciso LXXII, da Constituição Federal, bem como a Lei n. 9.507, de 1997.

A mencionada Lei n. 9.507, de 1997, estabelece, em seu art. 8º, parágrafo único, que a petição inicial deverá ser instruída com a prova:

I - da recusa ao acesso às informações ou do decurso de mais de dez dias sem decisão;

II - da recusa em fazer-se a retificação ou do decurso de mais de quinze dias, sem decisão; ou

III - da recusa em fazer-se a anotação a que se refere o § 2º do art. 4º ou do decurso de mais de quinze dias sem decisão.

Verifica-se, no caso em tela, que a inicial não foi acompanhada de documentos suficientes a demonstrar a recusa da autoridade coatora em fornecer as informações pleiteadas ou a sua inércia em fazê-lo, não estando preenchido, portanto, um dos requisitos necessários ao recebimento da petição inicial.

Com efeito, o art. 10 da Lei n. 9.507, de 1997 regulamenta que a

# *Superior Tribunal de Justiça*

*inicial será desde logo indeferida, quando não for o caso de habeas data, ou se lhe falta algum dos requisitos previstos nesta lei.*

Isto posto, com fundamento no art. 10 da Lei n. 9.507, de 1997, indefere-se liminarmente a inicial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de março de 2020.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO  
Relator